

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1373451 - MG (2018/0248738-3)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE MANHUAÇU

**PROCURADORES : AUGUSTO MÁRIO MENEZES PAULINO E OUTRO(S) -
MG083263**

SANDER RESENDE PEREIRA - MG043317

AGRAVADO : SONIA MARIA FERNANDES

ADVOGADO : FERNANDO CEZAR MIRANDA - MG076334

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. AGRAVO INTERNO DO MUNICÍPIO DE MANHUAÇU/MG DESPROVIDO.

1. Ao analisar a base de cálculo do adicional de insalubridade do Servidor Municipal, o acórdão recorrido adotou como fundamento os arts. 69 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e 4o. da Lei 3.533/2015 do Município de Manhuaçu/MG.

2. Dessa forma, desconstituir tal premissa, implicaria, necessariamente, análise de tais regramentos locais, o que, no entanto, é vedado pelo óbice da Súmula 280/STF.

3. Agravo Interno do MUNICÍPIO DE MANHUAÇU/MG desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator